

CORREIO SERRANO

Reprodução/MPRJ



Prazo para resposta dos municípios é de 10 dias

Paraíba do Sul e Levy devem regularizar resíduos sólidos

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Três Rios expediu Recomendação para que as prefeituras de Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul adotem medidas imediatas para regularizar os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. De acordo com o documento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Município de Levy Gasparian deve instituir a regulação formal desses serviços por meio de entidade reguladora devidamente cadastrada na Agência Nacional de Águas e Saneamento e implementar a cobrança pelos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. As medidas estão previstas em leis federais, que estabelecem a necessidade de sustentabilidade econômico-financeira na prestação dos serviços.

Impacto e falhas na prestação do serviço

Já o Município de Paraíba do Sul deve adotar providências imediatas para a regulação formal dos mesmos serviços, garantindo que haja controle e fiscalização para que as normas sejam cumpridas. A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Três Rios ressalta que as falhas na prestação de serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos podem causar poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

Divulgação



Abastecimento nos bairros de Teresópolis é monitorado

Obras de modernização da Rio Preto

A Águas da Imperatriz finalizou na tarde desta terça-feira (28) as obras de modernização da captação Rio Preto, em Teresópolis. Após a conclusão, o sistema de abastecimento está em fase de recuperação com normalização dos serviços de forma gradual, em até 72 horas. A concessionária afirmou que equipes seguem acompanhando o abastecimento em diversos bairros através do Centro de Controle Operacional, na sede da empresa. No painel, é possível acompanhar em tempo real o restabelecimento da operação em todo o município.

Melhorias visam eficiência e segurança

A intervenção contemplou a instalação de válvulas de segurança, troca das bombas antigas por novos conjuntos mais eficientes, além do reforço e reparo da adutora principal. As melhorias visam aumentar a segurança operacional, ampliar a eficiência energética e reduzir riscos de interrupções futuras. A Águas da Imperatriz orienta que os moradores continuem fazendo uso consciente de água pelos próximos dias.

Aprovou

A Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto aprovou o projeto de lei que amplia a licença paternidade dos servidores públicos municipais de 3 para 20 dias. A medida altera o artigo 106 da Lei Complementar nº 47/2013. A iniciativa acompanha um movimento nacional de modernização da legislação trabalhista.

Motivo

Em âmbito federal, já foi sancionada a Lei nº 15.371/2026, que amplia gradualmente a licença paternidade para toda a população segurada da Previdência Social: 10 dias em 2027, 15 dias em 2028 e 20 dias em 2029, além da criação do salário paternidade. A lei foi aprovada na sessão da última terça-feira (28).

Entrega

A Prefeitura de Teresópolis realizará, nesta quinta-feira, 30 de abril, a segunda cerimônia de entrega de óculos do programa Olhar Para Todos, no Ginásio Poliesportivo Pedro Jahara. A entrega será destinada aos pacientes que realizaram exames no bairro de São Pedro, entre os dias 10 e 20 de março de 2026.

Grupo

A Prefeitura de Nova Friburgo criou um grupo no Whatsapp para a divulgação das vagas do balcão de empregos do município. Além do site oficial (casadotrabalhador.pmnf.rj.gov.br) e do atendimento via WhatsApp, pelo número (22) 2525-9100, o grupo fornecerá informações sobre cursos de qualificação, mutirões, feiras, palestras e outros eventos.

Asfaltamento

Equipes da Prefeitura de Teresópolis seguem com trabalhos de asfaltamento em diversas localidades dos 2º e 3º distritos. Esta semana, já foi executada a recuperação asfáltica em Vieira, Andradas e Três Córregos. Nesta quarta (29), foi a vez da Rua Waldir Augusto da Costa, em Vargem Grande, receber o asfaltamento.

Manutenção

Na área urbana, equipes da Secretaria Municipal de Obras seguem as ações de manutenção nos bairros. Entre os trabalhos realizados nesta semana está: conclusão da troca de manilha danificada na Rua Rondônia, no Barroso; e a limpeza e tapa-buracos no bairro e na Estrada do Arakem, na Granja Guarani.



Medida foi anunciada em sessão nesta terça-feira (28)

Lei dos prédios de 20 andares é revogada

Decisão foi anunciada em sessão da Câmara nesta terça-feira (28)

Por Gabriel Rattes

A Câmara Municipal de Teresópolis anunciou, nesta terça-feira (28), a sanção do Projeto de Lei 007/2026, que revoga a Lei 351, de 19 de dezembro de 2025. A norma anterior permitia a construção de prédios de até 20 andares — cerca de 60 metros de altura — no município.

Desde a aprovação, a legislação se tornou alvo de críticas de moradores, entidades técnicas, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que apontaram riscos à infraestrutura urbana, ao meio ambiente e à paisagem da cidade.

Como mostrou o Correio Petropolitano mostrou no dia 30 de março, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) alertou para o risco de impactos ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), unidade de conservação federal. Segundo o instituto, a liberação de prédios desse porte pode afetar o acesso viário, a paisagem e a chamada “beleza cênica” da região.

Impacto na cidade

O documento destaca ainda que a visualização da Serra dos Órgãos — considerada parte da identidade de Teresópolis — pode ser comprometida em

grande parte do município. O ICMBio afirmou que não foi consultado durante a elaboração da lei e que, embora a área prevista para construção esteja fora da zona de amortecimento do parque, fica a cerca de 100 metros da região, o que pode gerar impactos diretos tanto na zona quanto na unidade de conservação.

Entenda o caso

A Lei 351/2025 havia sido aprovada no fim do ano passado com o objetivo de regularizar a construção de um edifício de grande porte. No entanto, o texto gerou reação imediata de moradores e especialistas.

Um dos principais grupos contrários à medida, o movimento “Não aos 20 andares”, argumentava que a mudança poderia causar impactos negativos na infraestrutura urbana, no trânsito e no meio ambiente da cidade.

Além da mobilização popular, o caso chamou a atenção do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Teresópolis, o órgão recomendou, ao município, a revogação da lei. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio (CAU-RJ), também criticou a aprovação da lei na época, afirmando que não tinha sido convocada para discutir a medida.